

Diário do Acionista

ANO V • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quinta-feira, 14 de outubro de 2021 • Nº 1171 • R\$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

Direito & Justiça

Proposta de reforma tributária desconsidera crise de emprego e de contratações sobre a folha de salários

PÁGINA 4

COVID-19

Brasil chega a 100 milhões de vacinados

O Brasil chegou, ontem, a 100.499.968 pessoas com esquema vacinal contra a Covid completo, ou seja, aqueles que receberam as duas doses da vacina ou a dose única da Janssen. O valor representa 62% da população adulta ou 47,11% da população total do Brasil. Em breve, as primeiras doses aplicadas devem bater a marca de 150 milhões. Ontem, o país chegou a 149.950.990 pessoas parcialmente imunizadas. No momento, 95,13% da população com mais de 18

anos já recebeu ao menos uma dose (nesse caso, a 1ª dose de alguma vacina ou o imunizante de dose única) ou 70,29% com imunização parcial (somente a 1ª dose). Os dados do país, coletados até 20h, são fruto de colaboração entre Folha de S.Paulo, UOL, O Estado de S. Paulo, Extra, O Globo e G1 para reunir e divulgar os números relativos à pandemia do novo coronavírus. As informações são recolhidas pelo consórcio de veículos de imprensa. **PÁGINA 3**

ABRACICLO

Produção de motocicletas recua 11,9% em setembro

A produção de motocicletas no Polo Industrial de Manaus (PIM) caiu 11,9% em setembro, com 108.948 unidades ante as 123.722 produzidas em agosto. Na comparação com o mesmo mês do ano passado, quando foram fabricadas 105.046 unidades, houve alta de 3,7%. No acumulado do ano, o total produzido foi 896.558 unidades, o que corresponde a um aumento de 29,3% na comparação com o mesmo período do ano passado. Os dados são da Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetes, Bicicletas e Similares (Abraciclo). Segundo o presidente da Abraciclo, Marcos Fermanian, os números comprovam a recuperação do setor que prevê fechar o com 1,2 mi de unidades. **PÁGINA 2**

EDUCAÇÃO

SP terá aulas presenciais obrigatórias partir de 2ª

A volta às aulas presenciais será obrigatória a todos os alunos das redes pública e particular de ensino a partir da próxima segunda-feira no estado de São Paulo. Com a decisão, que deve ser anunciada oficialmente ontem pelo governador João Doria (PSDB), acaba o rodízio de estudantes nas salas de aula a partir de 3 de novembro. Nesta data, o estado deixa de exigir que as escolas garantam o distanciamento mínimo de um metro entre os alunos. Como o fim do distanciamento só irá ocorrer em novembro, o secretário de Educação, Rosieli Soares, esclareceu que as escolas estaduais podem continuar recebendo os alunos em esquema de rodízio durante o mês de outubro. **PÁGINA 3**

GASOLINA CARA

Arthur Lira defende privatização da Petrobras



FOLHAPRESS

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) (**foto**), negou ontem qualquer conversa de bastidor para mudar a diretoria ou política da Petrobras, mas questionou se não seria o caso de privatizar a estatal e discutir a função da empresa no Brasil. Lira concedeu entrevista à rádio CNN na manhã de ontem e foi questionado sobre rumores que indicam que as críticas à política da estatal seriam uma tentativa de o chamado 'centrão' - formado por partidos como PP e PL - mudar a diretoria da empresa. "Não tem nenhuma conversa de bastidor nem para se mudar a política de preço nem para se mudar a diretoria", afirmou. "Porque foi mudado um pelo outro e a coisa continuou do mesmo jeito. Ali funciona quase que no automático." O presidente da Câmara afirmou que a discussão gira em torno do "monopólio absurdo do preço do gás e falta de política de investimento energético". A seguir, afirmou que a empresa é predominantemente pública. "O que existe ali é que há uma política que tem que ser revista, porque ela hoje nem é pública nem é privada completamente, e ela só distribui, escolhe os melhores caminhos para performar recursos e para distribuir dividendos", disse. **PÁGINA 2**

VAGA NO STF



FOLHAPRESS

Alcolumbre reage a pressão de Bolsonaro e de evangélicos

O presidente da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP) (**foto**), reagiu ontem à pressão para pautar a sabatina de André Mendonça para uma vaga no STF (Supremo Tribunal Federal), afirmando que não aceita "ameaças" e que querem transformar a sua autonomia em "ato político e guerra religiosa". O senador mantém emperrada há três meses a tramitação do nome indicado por Jair Bolsonaro para integrar a corte. A nomeação não é votada no Senado porque a CCJ ainda não marcou data para a sabatina de Mendonça, escolhido com base no perfil "terivelmente evangélico" prometido pelo presidente da República ao segmento religioso. **PÁGINA 3**

INDICADORES

IBOVESPA: 1,14% / 113.455,92 / 1.275,44 / Volume: 64.820.581.469 / Quantidade: 4.678.388				Bolsas no mundo		Salário mínimo	R\$ 1.100,00	IGP-M	-0,64% (set.)	EURO turismo										
Maiores Altas				Maiores Baixas				Mais Negociadas				Ufir	R\$ 3,7053	IPCA	1,16% (set.)	Compra: 6,4761	Venda: 6,6561			
Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Dow Jones	34.377,81	+0,00	Taxa Selic (23/09)	6,25%	0,17	até o dia 11/out	Compra: 5,5464	Venda: 5,5471			
BANCO PAN PN N1	15,86	+9,68	+1,40	PETRORIO ON NM	26,95	-3,02	-0,84	VALE ON NM	79,20	-2,96	-2,42	NASDAQ Composite	14.571,635	+0,73	Euro STOXX 50	4.085,48	+0,75	DÓLAR comercial	Compra: 5,5075	Venda: 5,5081
BANCO INTER PN N2	16,47	+8,71	+1,32	VALE ON NM	79,20	-2,96	-2,42	B3 ON NM	12,85	+5,94	+0,72	CAC 40	6.597,38	+0,75	FTSE 100	7.141,82	+0,16	DÓLAR turismo	Compra: 5,5464	Venda: 5,7264
BANCO INTER UNT N2	48,40	+7,80	+3,50	SID NACIONALON	27,47	-2,31	-0,65	PETROBRAS PN N2	29,63	+1,06	+0,31	DAX	15.249,38	+0,68						
COGNA ON ON NM	3,15	+6,42	+0,19	BRADSPAR PN N1	53,96	-1,41	-0,77	ITAUUNIBANCO PN EDC N1	24,26	+0,12	+0,03									
PETZ ON NM	23,47	+6,73	+1,48	USIMINAS PNA N1	16,31	-1,33	-0,22	PETRORIO ON NM	26,95	-3,02	-0,84									

DocuSigned by:

Autentico
diário do Acionista

6BF767B5695F4B6...

DS

AUTENTICIDADE GARANTIDA
ao fazer o download em nosso site
www.diariodoacionista.com.br

MERCADOS



Bovespa sobe 1,14%, e dólar cai a R\$ 5,509 com intervenção do BC

CLAYTON CASTELANI/FOLHAPRESS

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) subiu 1,14%, a 113.455 pontos, ontem. A recuperação reflete a procura de investidores por oportunidades após um mês de setembro conturbado que levou o mercado acionário às mínimas do ano.

A intervenção do Banco Central (BC) para conter a alta do dólar também ajudou a segurar a Bolsa em campo positivo, segundo analistas.

O dólar recuou 0,5%, a R\$ 5,509, após o BC ter colocado US\$ 1 bilhão (R\$ 5,5 bilhões) no mercado de câmbio por meio de uma venda surpresa de contratos de swap cambial tradicional.

O volume injetado ontem foi o dobro do colocado na última vez que o BC recorreu a esse instrumento de forma extraordinária, em 30 de setembro. A intervenção, por meio da venda de 20 mil contratos de swap cambial, ocorreu após a moeda americana ter atingido R\$ 5,57.

Os índices S&P 500 e Nasdaq subiram 0,30% e 0,73%, respectivamente. O Dow Jones encerrou estável.

As autoridades discutiram cortar as compras de Treasuries (títulos do Tesouro) em US\$ 10 bilhões (R\$ 55,4 bilhões) por mês e as de títulos lastreados em hipoteca em US\$ 5 bilhões (R\$ 27,7 bilhões) por mês, disse a ata, embora vários participantes preferissem uma redução mais rápida.

O petróleo Brent recuou 0,07%, a US\$ 83,36 (R\$ 462,40). A baixa da commodity não impediu a Petrobras (PETR4) de subir 1,06%.

A Vale (VALE3) recuou 2,96%, refletindo um dia de baixas nos preços dos contratos de minério de ferro.

Os destaques positivos ficaram por conta das fortes altas nos setores, bancários, de educação e do varejo. Entre as principais altas do dia estão as ações do Banco Pan (9,68%), do Banco Inter (8,71%), da Cogna Educação (6,42%) e do Petz (6,73%).

GASOLINA CARA

Arthur Lira defende privatização da Petrobras

DANIELLE BRANT/FOLHAPRESS

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), negou ontem qualquer conversa de bastidor para mudar a diretoria ou política da Petrobras, mas questionou se não seria o caso de privatizar a estatal e discutir a função da empresa no Brasil.

Lira concedeu entrevista à rádio CNN na manhã de ontem e foi questionado sobre rumores que indicam que as críticas à política da estatal seriam uma tentativa de o chamado 'centrão' – formado por partidos como PP e PL – mudar a diretoria da empresa.

"Não tem nenhuma conversa de bastidor nem para se mudar

a política de preço nem para se mudar a diretoria", afirmou. "Porque foi mudado um pelo outro e a coisa continuou do mesmo jeito. Ali funciona quase que no automático."

O presidente da Câmara afirmou que a discussão gira em torno do "monopólio absurdo do preço do gás e falta de política de investimento energético".

A seguir, afirmou que a empresa é predominantemente pública. "O que existe ali é que há uma política que tem que ser revista, porque ela hoje nem é pública nem é privada completamente, e ela só distribui, escolhe os melhores caminhos para reformar recursos e para distribuir dividendos", disse.

"Essa é a pergunta que tem

que ser feita: então não seria o caso de privatizar a Petrobras? Não seria a hora de se discutir qual a função da Petrobras no Brasil? É só distribuir dividendos para os acionistas?", questionou.

Neste momento, a jornalista Thais Heredia interveio e lembrou que ela gera empregos e resultados para a companhia. "Ela geraria emprego sendo pública ou privada. Ela geraria emprego do mesmo jeito, talvez até com mais autonomia, se fosse privatizada", defendeu Lira.

"Ah, ninguém quer privatizar porque é um patrimônio do povo brasileiro. Esse é o discurso. E para quem serve ser o patrimônio para o povo brasileiro?", continuou. "Então tem essas discussões que têm que ser feitas.

Você não pode prospectar o gás a US\$ 2 e colocar no duto a US\$ 10. Porque na realidade essa é a discussão."

Lira afirmou ainda que a estatal deixou de investir em infraestrutura para distribuir dividendos. "Nós não queremos desestabilizar a política de preços, nós não queremos desestabilizar a diretoria da Petrobras. Nós queremos informações tranquilas, transparentes, do que acontece, por exemplo, com o gasoduto que foi vendido pela Petrobras por US\$ 90 bilhões e esse dividendo não veio para a União."

O presidente da Câmara falou que o presidente da Petrobras, general Joaquim Silva e Luna, terá a oportunidade de responder às questões na Câmara.

ABRACICLO

Produção de motocicletas recua 11,9% em setembro

A produção de motocicletas no Polo Industrial de Manaus (PIM) caiu 11,9% em setembro, com 108.948 unidades ante as 123.722 produzidas em agosto. Na comparação com o mesmo mês do ano passado, quando foram fabricadas 105.046 unidades, houve alta de 3,7%.

No acumulado do ano, o total produzido foi 896.558 unidades, o que corresponde a um aumento de 29,3% na comparação com o mesmo período do ano passado. Os dados foram divulgados ontem pela Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetes, Bicycletas e Similares (Abraciclo).

Segundo o presidente da Abraciclo, Marcos Fermanian, os números comprovam a recuperação do setor que prevê fechar o ano com 1,2 milhão de unidades fabricadas. "As associadas estão acelerando o seu ritmo de produção para atender a demanda. Além disso, mantêm a programação de lançamentos para ampliar a oferta de produtos e atender às exigências do consumidor", afirmou.

O presidente da Abraciclo explicou ainda que oscilações pontuais na produção são esperadas, mas que os fabricantes estão comprometidos em manter o ritmo acelerado de produ-

ção: "no momento todas as associadas operam normalmente. A produção de motocicletas é verticalizada e a maioria das peças foi nacionalizada, o que reduz nossa dependência de fornecedores externos. Dessa forma, o setor não é tão impactado pela falta de insumos como acontece com outros setores da indústria".

Segundo o balanço da entidade, em setembro, foram licenciadas 108.816 motocicletas, volume 6,2% superior ao registrado em agosto (102.463 motocicletas). Na comparação com o mesmo mês do ano passado, quando foram vendidas 99.609

unidades, o aumento foi de 9,2%. No acumulado do ano, foram licenciadas 840.971 motocicletas, alta de 33,3% em relação ao mesmo período de 2020 (630.859 unidades).

As exportações chegaram a 4.872 unidades em setembro, resultando em uma queda de 13,1% ante agosto quando foram exportadas 5.607 motocicletas. Já na comparação com setembro do ano passado, houve crescimento de 34,5%. De janeiro a setembro, foram exportadas 42.765 motocicletas, alta de 79,8% na comparação com o mesmo período do ano passado (23.779 unidades).

CRISE HÍDRICA

Taxa extra na conta de luz não será suficiente para bancar térmicas

As distribuidoras de eletricidade brasileiras alertaram o governo que a bandeira tarifária de escassez hídrica, implementada em setembro, não está sendo suficiente para cobrir a elevação de custos dos combustíveis usados pelas térmicas do país. A questão está sendo analisada pelo governo, disse ontem a secretária executiva do MME (Ministério de Minas e Energia), Marisete Pereira. Ela descartou, porém, novo reajuste na taxa extra sobre a conta de luz, que passou de R\$ 9,49 para R\$ 14,20 por cada 100 kWh (quilowatts-hora) consumidos.

Pereira disse que, segundo as distribuidoras, as projeções de gastos com térmicas até o fim do ano foram frustradas pela elevação das cotações do gás natural e do óleo diesel, combustíveis usados para poupar água nos reservatórios das hidrelétricas brasileiras. Assim, as empresas pedem recomposição dos impactos financeiros provocados pelo descalamento entre os valores que recebem do consumidor e os montantes que têm que desembolsar para pagar pela energia. A questão será analisada pela Aneel (Agência Nacional de Energia Elé-

Governo pede economia de luz, mas Presidência amplia consumo

THAÍS AUGUSTO/FOLHAPRESS

O consumo de energia da Presidência da República subiu 5,2% entre junho e agosto de 2021, na comparação com o ano anterior. No mesmo período, o governo federal pedia o "uso consciente" de luz aos consumidores e citava o ferro de passar como exemplo de equipamento a ser evitado. Entre junho e agosto de 2020, o consumo dos prédios ligados à Presidência foi de 2.219.442 kWh (quilowatt-hora), mas, com a alta de 5,2% em

trica). Na última sexta-feira, por exemplo, a Aneel autorizou a elevação dos custos de geração de energia de três térmicas no país para repasse do aumento dos preços dos combustíveis no Brasil e no exterior.

Movida a gás natural, a térmica Araucária, no Paraná, passará a receber R\$ 2.553,20 por MWh (megawatt-hora) gerado, se tornando a usina mais cara do país.

As térmicas Potiguar 1 e 3, a óleo diesel, tiveram seus preços alterados para R\$ 1.379,89. Antes, a usina William Arjona, no Mato Grosso do Sul, também já havia tido autorização para aumentar o preço de venda da energia, também sob o argumento de que precisava repassar elevações no preço do gás natural. A elevação dos custos das usinas pressiona ainda mais a tarifa de energia em meio a um

cenário de inflação de dois dígitos e mercado de trabalho ainda sofrendo os efeitos da pandemia. A fatura é dividida entre todos os consumidores de eletricidade do país. O gás natural bateu recorde histórico na semana passada, respondendo à elevação da demanda na Europa e na China em meio a uma crise global de oferta de energia, que também levou o carvão a patamares recordes.

Nota

NUBANK CONSEGUIE LUCRAR PELA PRIMEIRA VEZ

Revertendo a trajetória de prejuízos dos últimos anos, o Nubank registrou pela primeira vez um lucro líquido em sua história, de R\$ 76 milhões no primeiro semestre de 2021. Em 2020, o negócio havia dado prejuízo de R\$ 230 milhões, após as perdas de R\$ 312 milhões do ano anterior. O lucro da primeira metade do ano, contudo, não será distribuído aos acionistas, mas utilizado para o reinvestimento em novos produtos e serviços, informou o banco, em publicação em seu blog ontem.

FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA JOSÉ BONIFÁCIO - FUJB
CNPJ/MF 42.429.480/0001-50
AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: TOMADA DE PREÇOS TP FUJB Nº 01/2021 PROCESSO FUJB Nº 26.291-9 OBJETO: "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO E EXECUTIVO PARA A CONSTRUÇÃO DO PRÉDIO DE LABORATÓRIOS ANEXOS - FASE I (ESPAÇO PARA MANUSEIO E GUARDA DE COLEÇÕES DE MEIO LÍQUIDO NO CAMPUS DO MUSEU NACIONAL)" DO MN/UFRJ. Recebimento dos envelopes documentação/propostas: DATA: 28/10/2021 HORA: 10h (dez horas) LOCAL: Avenida Pasteur, 280 - Urca, Cidade do Rio de Janeiro - RJ / Sala de Reuniões da Fundação Universitária José Bonifácio - FUJB VALOR ESTIMADO: R\$ 847.217,12 (oitocentos e quarenta e sete mil duzentos e dezessete reais e doze centavos). A documentação completa poderá ser solicitada pelo e-mail slc@fujb.ufrj.br, estando disponível também para retirada na sede desta Fundação, a partir desta data, devendo a empresa levar um Pen Drive para gravação, na Av. Pasteur, 280 - Urca - Rio de Janeiro - RJ, no Setor de Licitações. Os interessados poderão obter todas as informações sobre a licitação, no telefone (21) 3034-5861, nos horários das 9 às 12 horas e das 14 às 17 horas, em dias de expediente na Fundação Universitária José Bonifácio (FUJB), ou pelo e-mail citado. Considerando ainda, a necessidade de evitar aglomerações visando à prevenção e a disseminação do novo coronavírus, só será permitida a presença de 01 (um) representante de cada empresa na sessão. Rio de Janeiro, 14 de outubro de 2021.
Cláudio Francisco de Siqueira
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Diário do Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

São Paulo

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tels.: (21) 3556-3030 / 96865-1628-Claro
99539-3634-VivoRua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISTAS



ACESSE NOSSO SITE

DocuSigned by:

Autentico Acionista
6BF767B5695F486...

DS

AUTENTICIDADE GARANTIDA
ao fazer o download em nosso site
www.diariodoacionista.com.br

COVID-19

País chega a 100 milhões com esquema vacinal completo

O Brasil chegou, ontem, a 100.499.968 pessoas com esquema vacinal contra a Covid completo, ou seja, aqueles que receberam as duas doses da vacina ou a dose única da Janssen.

O valor representa 62% da população adulta ou 47,11% da população total do Brasil.

Em breve, as primeiras doses

aplicadas devem bater a marca de 150 milhões. Ontem, o país chegou a 149.950.990 pessoas parcialmente imunizadas.

No momento, 95,13% da população com mais de 18 anos já recebeu ao menos uma dose (nesse caso, a 1ª dose de alguma vacina ou o imunizante de dose única) ou 70,29% com imunização parcial (somente a 1ª dose).

Os dados do país, coletados até 20h, são fruto de colaboração entre Folha de S.Paulo, UOL, O Estado de S. Paulo, Extra, O Globo e G1 para reunir e divulgar os números relativos à pandemia do novo coronavírus. As informações são recolhidas pelo consórcio de veículos de imprensa diariamente com as Secretarias de Saúde estaduais.

Os dados da vacinação contra a Covid-19, também coletados pelo consórcio, foram atualizados em 22 estados e no Distrito Federal.

Ontem, o Brasil também registrou 201 mortes por Covid e 8.494 casos. Com isso, o país chegou a 601.643 vidas perdidas e 21.596.739 pessoas infectadas pelo Sars-CoV-2 desde o início da pandemia.

VAGA NO STF

Alcolumbre reage a pressão de Bolsonaro e de evangélicos

O presidente da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), reagiu ontem à pressão para pautar a sabatina de André Mendonça para uma vaga no STF (Supremo Tribunal Federal), afirmando que não aceita "ameaças" e que querem transformar a sua autonomia em "ato político e guerra religiosa".

O senador mantém emperada há três meses a tramitação do nome indicado por Jair Bol-

sonaro para integrar a corte. A nomeação não é votada no Senado porque a CCJ ainda não marcou data para a sabatina de Mendonça, escolhido com base no perfil "terrivelmente evangélico" prometido pelo presidente da República ao segmento religioso.

Apesar da pressão, Alcolumbre sinalizou que deixará a análise do caso por mais tempo na gaveta. O senador se posicionou nesta quarta pela primeira vez, divulgando uma nota pública,

no mesmo dia em que Bolsonaro afirmou que ele estava "jogando fora das quatro linhas da Constituição".

Na segunda-feira, Alcolumbre encontrou-se com o senador Flávio Bolsonaro (Patriota-RJ) e reclamou de ataques proferidos por evangélicos, que têm ameaçado sua reeleição no Amapá em 2022. Ele disse que isso só ocorre porque há o aval do presidente da República.

O presidente da CCJ disse em sua nota nesta quarta que tem

sofrido "agressões de toda ordem". "Agridem minha religião, acusam-me de intolerância religiosa, atacam minha família, acusam-me de interesses pessoais fantasiosos. Querem transformar a legítima autonomia do presidente da CCJ em ato político e guerra religiosa", afirma Alcolumbre, que é judeu.

O senador diz ainda que não aceitará "ser ameaçado, intimidado, perseguido ou chantageado com o aval ou a participação de quem quer que seja".

CASO EVALDO

Tribunal julga militares que mataram músico e catador

JÚLIA BARBON/RIO DE JANEIRO, RJ

Dois anos e meio depois, a Justiça Militar deve decidir se condena ou não os 12 militares do Exército acusados de matar o músico Evaldo Rosa dos Santos, 46, e o catador de material reciclável Luciano Macedo, em 7 de abril de 2019 no Rio de Janeiro.

Os magistrados começaram a ouvir os depoimentos das testemunhas um mês após o crime, mas o julgamento foi adiado duas vezes a pedido da defesa dos réus. A sessão começou ontem de manhã.

O caso aconteceu em Guadalupe, na zona oeste carioca. Evaldo levava a família para um chá

de bebê na tarde daquele domingo quando seu carro foi fuzilado por militares. Segundo o Ministério Público Militar, não foi possível precisar o total de disparos, mas 82 tiros foram dados contra o veículo e 62 de fato o atingiram.

Já o catador Luciano estava próximo do local com seu carrinho e foi alvejado ao tentar socorrer o músico, de acordo com a família. Baleado no braço direito e nas costas, ele morreu 11 dias depois.

Luciana Nogueira, esposa de Evaldo, chegou a passar mal durante o julgamento e teve que ser socorrida quando os militares entraram na sala do tribunal, na Ilha do Governador. Em

2019, ela deu um depoimento emocionado afirmando que falou "calma, amor, é o quartel" quando a primeira rajada de tiros atingiu o carro.

A Promotoria afirma que os militares teriam confundido o Ford Ka branco do músico com um carro semelhante usado para roubar um motorista instantes antes.

O advogado Paulo Henrique Pinto Mello argumentou que aquela era uma "área de contenção" do tráfico e que não foi comprovado de onde partiram os disparos que causaram as mortes. Também chegou a dizer que o catador Luciano era olheiro do tráfico.

A acusação pede a condenação de 8 dos 12 réus pelos dois homicídios qualificados (crime que prevê pena de 12 a 30 anos de prisão) e pela tentativa de homicídio do sogro do músico, Sérgio Gonçalves de Araújo —ele foi atingido por três tiros de raspão nas costas e no glúteo, mas sobreviveu.

Os oito acusados são o tenente Ítalo da Silva Nunes, o sargento Fábio Henrique Souza Braz da Silva, o cabo Leonardo Oliveira de Souza e os soldados Gabriel Christian Honorato, Matheus Sant'Anna, Marlon Conceição da Silva, João Lucas da Costa Gonçalves e Gabriel da Silva de Barros Lins.

MINISTÉRIO

Marcos Pontes diz que corte de R\$ 600 mi atinge projetos estratégicos da ciência

PAULO SALDAÑA/FOLHAPRESS

O ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações, Marcos Pontes, disse ontem que o recente corte de R\$ 600 milhões da pasta compromete projetos estratégicos da ciência brasileira. Agora, diante de parlamentares, voltou a colocar a culpa na área econômica do governo Jair Bolsonaro pela decisão.

Deputados cobraram a responsabilidade do ministro sobre

a situação. Chegaram a questionar, inclusive, o sentido de sua permanência no cargo.

Pontes falou na Comissão de Educação da Câmara na manhã de ontem. O requerimento inicial era para que ele esclarecesse o apagão que atingiu, no fim de julho, as plataformas do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), mas a recente redução orçamentária dominou a audiência.

Ministro está de terno e gravata em foto que reproduz tela do computador. Ele está no centro da tela, sozinho. Tem cabelos grisalhos e usa óculos.

Na quinta-feira passada, o Congresso Nacional atendeu a um pedido do ministro da Economia, Paulo Guedes, e aprovou projeto que retirou R\$ 600 milhões previstos para a Ciência. Os recursos foram destinados para outras áreas.

Pontes já havia dito que fora pego de surpresa pela decisão do governo, a qual classificou como equivocada e ilógica. Aos deputados, ontem, o ministro afirmou que tem feito esforços com a área econômica para recompor o orçamento e também teria falado com o presidente.

Questionado, o Ministério da Economia não explicou por que o próprio ministro Pontes não foi consultado sobre o corte.

do agressor da vítima. "Nossa proposta se apresenta no anseio de contribuir para a construção de uma sociedade em que as relações humanas, especialmente aquelas marcadas por relações de intimidade e afeto, sejam pautadas pelo respeito mútuo e pela soberania do princípio da dignidade humana", defendeu Kajuru. A lei Maria da Penha já prevê medidas protetivas de urgência para as vítimas de violência. Assim, o texto votado pelos senadores apenas atualiza o Código de Processo Penal (CPP). Atualmente, o CPP permite que o juiz adote essas liminares sem audiência das partes ou manifestação do Ministério Público, em casos de urgência ou perigo de ineficácia da medida.

EDUCAÇÃO

Aulas presenciais serão obrigatórias em SP a partir de segunda

A volta às aulas presenciais será obrigatória a todos os alunos das redes pública e particular de ensino a partir da próxima segunda-feira no estado de São Paulo.

A informação foi publicada pelo jornal O Estado de S. Paulo e confirmada pela reportagem.

Com a decisão, que deve ser anunciada oficialmente ontem pelo governador João Doria (PSDB), acaba o rodízio de estudantes nas salas de aula a partir de 3 de novembro.

Nesta data, o estado deixa de exigir que as escolas garantam o distanciamento mínimo de um metro entre os alunos.

Como o fim do distanciamento só irá ocorrer em novembro, o secretário de Educação, Rossieli Soares, esclareceu que as escolas estaduais podem continuar recebendo os alunos em esquema de rodízio durante o mês de outubro.

"Quem está organizado em bolhas, recebendo 50% ou 40% dos alunos por dia, pode manter essa organização. Só a partir de novembro é que não vai precisar mais da bolha, porque não vai precisar mais do distanciamento", disse o secretário.

Na rede pública de ensino, 3,5 milhões de alunos estão matriculados em mais de 5 mil escolas em todo o estado. Desde agosto, elas estão funcionando em esquema de rodízio. Na maioria das unidades, não há espaço suficiente para garantir o distanciamento de 1 metro se todos os alunos forem às aulas no mesmo dia.

O uso de máscara continuará obrigatório para professores, estudantes e funcionários, assim como a utilização de álcool em gel.

Até o momento, a frequência presencial às escolas é optativa tanto na rede pública como na particular.

Segundo Soares, a decisão de tornar o retorno obrigatório ocorre em momento seguro da pandemia. Ele destacou que, além da queda de indicadores de casos, mortes e internações, o estado tem a vacinação bastante avançada.

Dados do governo estadual indicam que 93% dos professores de São Paulo já estão vacinados com duas doses. Também indicam que 90% dos jovens de 12 a 17 anos receberam a primeira dose da vacina.

"São Paulo é o estado que mais vacinou no país e teve queda dos indicadores da Covid, o que torna viável a obrigatoriedade da volta dos alunos em sala de aula", disse Doria.

Em julho, o governador João Doria anunciou a ampliação do funcionamento do comércio em São Paulo e o fim do limite de 35% de alunos nas escolas. Desde então, as instituições de ensino básico podiam atender os estudantes de acordo com seu espaço físico, respeitando apenas a regra de distanciamento de um metro.

Desde o início do processo de reabertura das escolas, a gestão Doria afirmava que o

retorno dos alunos ocorreria de forma gradual, de acordo com as fases do Plano São Paulo. Em maio, no entanto, o secretário estadual da Educação, Rossieli Soares, anunciou que pretendia acabar com os limites de ocupação nas unidades para acelerar a volta às aulas.

Levantamento do jornal Folha de S.Paulo mostrou que os maiores colégios particulares se organizaram para atender todos os dias todos aqueles que quiserem frequentar as aulas. Já na rede pública, prevalece o sistema de rodízio, com o máximo de 50% dos estudantes por vez. A situação ampliou as desigualdades educacionais já existentes entre as duas redes.

Paulo Menezes, coordenador do Comitê Científico para Covid, disse que a decisão de retorno obrigatório teve aval da área da Saúde, que analisou os dados de transmissão nas escolas. Os dados, no entanto, não foram apresentados.

"Estamos muito convictos de que a necessidade dos estudantes de retornar às aulas presenciais supera em muito o risco de transmissão dentro das escolas. Com o avanço da vacinação, estamos convictos de que será possível reduzir o distanciamento com segurança", disse Menezes.

O governo Doria deixou de contabilizar casos confirmados de Covid nas escolas desde que as aulas presenciais foram retomadas sem restrição. Desde agosto, a pasta passou apenas a registrar "casos prováveis" de infecção.

Além disso, a Secretaria de Educação também não tem disponibilizado os dados de infecção para o acompanhamento das famílias. Em dezembro, a pasta criou o Simed, um sistema de preenchimento obrigatório pelas escolas particulares e estaduais sobre casos suspeitos e confirmados.

O decreto de criação dizia que ele deveria ser "constantemente atualizado". No entanto, desde maio, a pasta não torna as informações públicas.

Segundo Soares, somente a partir da próxima semana, os dados serão disponibilizados publicamente.

Durante todo o ano de 2021, apenas dois boletins epidemiológicos sobre as contaminações nos estabelecimentos de ensino foram publicados, em março e em maio. A metodologia do primeiro relatório foi questionada já que, a conta para indicar uma baixa taxa de incidência de casos nas escolas, incluía alunos que não pisaram nem um dia sequer em sala de aula.

A Apeoesp, principal sindicato dos professores da rede estadual, é contrária ao retorno obrigatório dos alunos. "O desprezo pela vida e pela saúde da comunidade escolar atingiu o auge com a anunciada decisão do secretário de obrigar a volta sem distanciamento social", diz a entidade em nota.

Nota

VACINAÇÃO VOLTA EM TODA REDE MUNICIPAL DE SÃO PAULO

A capital paulista reabriu ontem a rede de vacinação para continuar com o esquema de aplicação da primeira e segunda doses (D1 e D2) da vacina contra a Covid-19. Também voltam a ser aplicadas as doses adicionais para idosos acima de 60 anos de idade e trabalhadores da saúde com mais de 18 anos que tomaram a última dose do esquema vacinal (D2 ou dose única), há pelo menos seis meses. Segundo a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de São Paulo, a partir de hoje, a vacinação ocorrerá nas Unidades Básicas de Saúde (UBSs), nas Assistentes Médicas Ambulatoriais (AMAs)/UBSs Integradas, nos drive-thrus, nas farmácias e nos megapostos. Também podem tomar a dose adicional pessoas com mais de 18 anos que tenham alto grau de imunossupressão. Para este grupo, com mais de 18 mil cidadãos, é preciso ter tomado a última dose do esquema vacinal (D2 ou dose única) há pelo menos 28 dias. A cobertura vacinal para população acima de 18 anos está em 107,4% para primeira dose ou dose única e 85,6% para segunda dose ou dose única. Também foram aplicadas 389.273 doses de reforço. Entre os adolescentes de 12 a 17 anos, foram 837.167 vacinados com a primeira dose, o que representa uma cobertura vacinal de 99,2%.

Nota

SENADO APROVA PROJETO QUE AGILIZA PRISÃO PREVENTIVA EM CASO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

O Senado aprovou ontem projeto de lei que autoriza, no caso dos crimes de violência doméstica e familiar, que as medidas cautelares sejam concedidas de imediato, sem necessidade de audiência das partes e de manifestação do Ministério Público. O texto vai à Câmara. De acordo com o autor da proposta, senador Jorge Kajuru (Podemos-GO), a intenção é dar proteção às mulheres de forma mais célere. Entre as medidas cautelares que podem ser adotadas estão a prisão preventiva e o afastamento

DocuSigned by:

AUTENTICO
Acionista

6BF767B5695F4B6...

DS
AUTENTICIDADE GARANTIDA
ao fazer o download em nosso site
www.diariodacionista.com.br



Direito & Justiça

Proposta de reforma tributária desconsidera crise de emprego e de contratações sobre a folha de salários

O projeto apresentado pelo Senador Roberto Rocha não nos parece adequado para a solução dos problemas em torno da reforma tributária que o país precisa para a sua sustentação econômica. Ele tem o mérito de trazer uma proposta sistematizadora de reforma tributária e de propor uma importante solução para os passivos tributários da empresa - ao trazer à pauta o importante tema do novo Refis -, mas nem de longe promove o ajuste que o sistema precisa. Vejamos por quais razões:

Primeira, o projeto da PEC 110 não aborda o tema da desoneração da folha de salários. Em um momento de crise de emprego e de dificuldade econômica, não é justificável que a reforma trate de tributação de renda e consumo e não trate de tributação de folha, que é o que gera mais impacto sobre empregabilidade e benefícios para os empregadores e empregados. Além disso, perder-se-á a oportunidade de dar solução para a tributação da economia digital, que apresenta alta empregabilidade e pouca receita para o cofre do INSS. A lacuna neste projeto é intransponível diante dos interesses sociais que sairão esquecidos e prejudicados.

Segunda, a modificação do ICMS para um sistema complexo de IVA dual, no modelo europeu, é situação antiga já na Europa e que ainda hoje apresenta problemas. Melhor seria um sistema simplificador do ICMS, evitando guerra fiscal de maneira mais simples, e sem ofender o pacto federativo, pois no sistema proposto os municípios sairão perdendo em termos de autonomia e arrecadação. A desoneração de produtos importantes será definida por lei complementar, mas, atualmente, em um país de dimensões continentais e desigualdades regionais aguda, os Estados não podem perder a liberalidade de conceder incentivos à luz de necessidades e interesses específicos.

Terceira, a necessidade de lei complementar coibirá medidas de incentivos mais eficazes e autônomas pelos Estados, que, a seu turno, perderão a conexão com a realidade dos contribuintes e consumidores de certas regiões mais carentes. A essencialidade de certos produtos, inclusive da cesta básica, não pode deixar de ser referência para incentivos fiscais.

Esses três aspectos fundamentais são suficientes para provocar profundas reflexões acerca da pertinência de se apresentar projeto com base em temas ainda não solucionados e sem levar em conta a crise de emprego e de contratações sobre a folha de salários no Brasil.

Isso sem se falar na ausência de dados e números que devem embasar qualquer discussão sobre reforma tributária. Nada foi apresentado nesse sentido. Não é possível dar um "cavalinho de pau" abrupto no sistema tributário, promovendo mudanças tão grandes de forma brusca, sem uma discussão mais profunda com a sociedade, por meio de apresentação de números que permitam calcular se haverá impacto ou benefício fiscal e quais os setores e segmentos da sociedade que serão beneficiados ou prejudicados.

O setor de serviços, por exemplo, que hoje paga 5% de ISS e 3,65 de PIS e Cofins, passará a pagar provavelmente (pois não há, pasmem, divulgação de alíquota real e precisa, o que torna o tema ainda mais "perigoso" à sociedade e aos contribuintes) 25% de IVA e 12% de PIS e Cofins. Será um aumento de mais de 300% da carga tributária atualmente suportada. Esse setor de serviços tem como principal insumo a mão de obra e não se proporá, ao que sabemos até agora, nenhum projeto de racionalização da tributação da folha, que poderia compensar esses aumentos absurdos de IVA e de PIS/Cofins, além de dar fôlego para as prestadoras de serviços se organizarem melhor no ambiente de crise.

Halley Henares Neto
Presidente da ABAT - Associação Brasileira de Advocacia Tributária

PREÇO DO GÁS

UE prevê energia cara até abril e lança medidas para aliviar consumidor

ANA ESTELA DE SOUSA
PINTO/FOLHAPRESS

A União Europeia estima que os preços de energia continuarão altos no continente até pelo menos o final de março e publicou ontem um guia de medidas de curto prazo para reduzir o impacto sobre consumidores.

Em média, segundo a Comissão Europeia (Poder Executivo do bloco), o custo da eletricidade no atacado neste final de ano é o triplo do registrado no ano passado, principalmente por causa da alta no preço do gás.

O combustível, por sua vez, teve seu custo impulsionado pela recuperação pós-pandemia e por um forte aumento de demanda na Ásia. Em 1º de outubro, quando começa o ciclo anual do mercado de gás, os preços eram recordes históricos na Europa e na Ásia, de acordo com a Agência Internacional de Energia.

Na UE, que importa mais de 90% do gás que consome, os preços do combustível dispararam entre agosto e setembro, atingindo 400% em relação ao mesmo período do ano passado, segundo a Comissão.

A geração a gás fornece, em média, de um quinto e um quarto da energia da UE, mas o preço do combustível teve impacto direto no custo da eletricidade mesmo em países como a Suécia, onde essa fonte não chega a 2% das utilizadas.

Isso ocorre porque o mercado atacado do bloco é unificado e seu sistema de formação de preços é baseado na fonte mais cara usada para atender à demanda total.

Os preços do gás já vinham sendo pressionados pela retomada da atividade econômica após o início da vacinação contra a Covid, e um verão mais quente que o esperado em alguns países aumentou o consumo de energia para refrigeração, dificultando a reposição dos estoques.

"Vento fraco no verão reduziu a geração de fonte eólica e aumentou o consumo de gás", afirmou a S&P Global em relatório sobre o mercado europeu. Como a UE está fechando suas termelétricas a carvão, há poucas alternativas ao gás e a demanda pelo combustível deve continuar alta, diz o documento.

Também neste final de ano subiram os preços no mercado de carbono europeu - o chamado Sistema de Comércio de

Emissões da UE (ETS), onde são comercializadas permissões para emitir gases de efeito estufa.

A Comissão Europeia procurou rebaner as críticas de que seus planos de zerar as emissões nas próximas décadas seja uma das causas da atual crise nos preços de energia.

Segundo o órgão, o peso do encarecimento do gás na conta de luz é nove vezes o advindo da alta no mercado de carbono.

A fatura final de eletricidade que chega à casa do consumidor inclui, além do preço do atacado, os custos de transporte e distribuição (custos de rede), impostos e taxas.

A proporção varia em cada país, mas, em média, cada componente representa um terço da conta de luz.

Entre as ações propostas pela Comissão estão o corte de impostos sobre eletricidade e a suspensão temporária das tarifas para os mais pobres.

Indústrias fortemente dependentes de energia também podem ser subsidiadas, desde que por período limitado.

Segundo a comissão de Energia, Kadri Simson, o objetivo da UE com as balizas anunciadas nesta quarta é evitar que medidas unilaterais dos países distorciam ou fragmentem o mercado de energia europeu.

No médio prazo, a Comissão estuda a compra conjunta de gás, o que daria ao bloco maior poder de barganha na negociação com fornecedores. O objetivo é tomar uma decisão antes da reformulação do pacote energético, prevista para o final deste ano.

Ampliar a capacidade de armazenamento também está nos planos de médio prazo. Os níveis de estoque na UE estão em torno de 75%, abaixo da média para esta época, que ficou em 90% nos últimos 10 anos - de acordo com a Comissão, não há risco de apagão, mas o monitoramento deve ser constante.

No longo prazo, segundo a Comissão, "a transição para energia limpa é o melhor seguro contra choques de preços no futuro".

O objetivo é impulsionar a transição para fontes de energia alternativas aos combustíveis fósseis, principalmente reduzindo entraves regulatórios.

O plano europeu prioriza no momento energias renováveis (hidrelétrica, eólica ou solar), mas um grupo de países liderados pela França pressiona para que usinas nucleares sejam incluídas.

A geração nuclear tem baixa emissão de gases de efeito estufa, o que estaria de acordo com as metas ambientais, mas a Alemanha, maior economia do bloco, é contra seu incentivo, por causa do risco de acidentes e do difícil manejo dos resíduos radioativos.

A comissão afirmou que uma decisão sobre incluir usinas nucleares entre as fontes que recebem incentivo do bloco ainda aguarda pareceres técnicos de especialistas. Cada país, no entanto, é livre para decidir sobre que fontes usar em seu mix de geração de energia.

Outra preocupação ligada à alta do gás é a de que isso eleva também o custo dos fertilizantes que o usam como matéria-prima, o que eleva a pressão política dos agricultores sobre a Comissão.

Segundo análise do Banco Mundial, os preços dos fertilizantes quase dobraram em relação ao ano passado e devem ficar altos até 2022.

Um impacto sobre os preços dos alimentos, no entanto, não seria imediato, já que, no hemisfério norte, não há plantio nos próximos meses, de outono e inverno.

Os líderes dos 27 membros da UE devem discutir os preços de energia na próxima reunião do Conselho Europeu, na semana que vem.

ENTENDA O MERCADO

Os 27 países do bloco têm um mercado de energia integrado. No mercado atacado, produtores de energia (usinas de energia) vendem eletricidade e os varejistas de energia a compram para entregar a seus clientes. Todos os produtores de eletricidade - de grandes geradoras a indivíduos que produzem energia renovável - ofertam sua energia no mercado ao preço estabelecido por eles. Como as fontes renováveis de energia têm custo de produção menor, seu preço costuma ser mais baixo. A eletricidade mais barata é comprada primeiro, em seguida a mais cara. Uma vez satisfeita a demanda total, todos os vendedores obtêm o preço do último produtor do qual a eletricidade foi comprada.

O objetivo é ter transparência, eficiência no mercado e incentivos para manter os custos os mais baixos possíveis. A Comissão afirma que o modelo também incentiva que indivíduos se tornem ativos na geração de sua própria eletricidade

BAIXADA

3º vereador de Caxias é assassinado em 7 meses

O vereador Alessandro Silva Faria, conhecido como Sandro do Sindicato (Solidariedade), foi assassinado a tiros ontem de manhã em Duque de Caxias, município da Baixada Fluminense. O corpo foi encontrado com marcas de tiros dentro de uma van.

Ele é o terceiro parlamentar da cidade assassinado em 2021. Um levantamento do Instituto Fogo Cruzado mostra que, dos sete políticos baleados este ano na região metropolitana do Rio, cinco foram atingidos na Baixada Fluminense, onde fica Duque de Caxias - todos morreram.

Por meio de nota, a Câmara Municipal de Duque de Caxias lamentou a morte do vereador. "Ele deixa como legado uma trajetória marcada pelo respeito ao próximo, amor e dedicação ao trabalho e à família.

Eleito com pouco mais de 3.200 votos, Sandro do Sindicato estava no primeiro mandato e defendia, sobretudo, pautas ligadas a questões trabalhistas. Em sua última postagem nas redes sociais, feita no dia 6, ele anunciava vagas de emprego para moradores da cidade.

Ele é o terceiro vereador de Duque de Caxias assassinado este ano. Em março, Danilo do Mercado (MDB), 53, e seu filho Gabriel da Silva, 25, foram mortos a tiros no Jardim Primavera, uma favela da cidade. Os disparos partiram de pessoas que estavam dentro de um carro.

Mercado já havia sido alvo de uma operação da Polícia Civil em 2020 sob suspeita de chefiar um grupo de extermínio. Com sua morte, quem herdou a vaga no Legislativo foi Fernando da Costa (MDB). Ela é filha do traficante Fernandinho Beira-Mar e ré numa ação penal sob acusação de ser o braço social e político do pai.

Já em setembro, o vereador Joaquim José Santos Alexandre, o Quinzé (PL) foi assassinado em São João de Meriti, município vizinho a Duque de Caxias.

O assassinato de Sandro do Sindicato está sendo investigado pela DHHF (Delegacia de Homicídios da Baixada Fluminense).

ESCOLAS

Prefeitura vai distribuir 8 milhões de absorventes

A prefeitura do Rio lançou o Livres para Estudar, programa que vai distribuir 8 milhões de absorventes por ano para estudantes da rede municipal para ajudar a combater a evasão escolar. A expectativa é que a iniciativa alcance cerca de 100 mil alunas. O investimento será de R\$ 14 milhões por ano.

A distribuição começará a ser feita a partir da próxima segunda-feira, quando terá início a nova fase do ensino presencial, em que 100% dos alunos poderão ir todos os dias para a escola. O programa visa a diminuir o índice de evasão entre as alunas do Ensino Fundamental 2 que têm, em média, entre 11 e 14 anos. Segundo a prefeitura, uma entre cada quatro jovens já faltou às aulas por não ter absorventes.

Cerca de 43 mil alunas cariocas já deixaram de ir para a escola devido à pobreza menstrual. O projeto conta com a parceria do Tribunal de Justiça do Estado do Rio, da Comissão da Mulher da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e dos grupos Girl Up e Elas na Escola.

BANCO MUNDIAL

Pandemia elevou dívida de países emergentes

O esforço financeiro feito por países em situação de "baixo rendimento" para a adoção de medidas de combate à pandemia, resultou em um aumento de 12% da dívida desses países no ano passado, fazendo com que o total devido atingisse a marca recorde de US\$ 860 bi, disse o presidente do Banco Mundial, David Malpass.

Segundo Malpass, muitos dos países afetados já estavam vulneráveis antes mesmo de a pandemia iniciar, em função da alta dívida pública e da desaceleração do crescimento econômico. Malpass reiterou que a missão do banco é a de reduzir a pobreza e aumentar a prosperidade, levando em consideração o uso de energia limpa e o acesso da população de países emergentes à energia.

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA
MINISTÉRIO DA SAÚDE
PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 88/2021

O Pregoeiro Luis Paulo Lopes Venancio convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 88/2021 no dia 27/10/2021 às 14h00min. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de operação, manutenção preventiva, corretiva e preditiva, compreendendo o fornecimento de mão de obra, materiais, insumos e componentes necessários para o parque de equipamentos e instalações existentes, bem como controle/automação do sistema, tratamento químico da água e análise do ar ambiental, do sistema de ventilação/exaustão de descontaminação, ar condicionado, equipamentos frigorígenos e demais acessórios do INC. Processo nº. 33409.000675/2021-58. Torna-se em efeito a publicação do dia 13/10/2021. O Pregão será realizado no site <https://www.gov.br/compras/pt-br>, onde o Edital está à disposição dos interessados.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS DE REFEIÇÕES COLETIVAS, REFEIÇÕES RÁPIDAS (FAST FOOD) E AFINS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SINDIREFEIÇÕES-RJ
CNPJ: 32.316.366/0001-60
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Refeições Coletivas, Refeições Rápidas (Fast Food) e Afins do Estado do Rio de Janeiro - SINDIREFEIÇÕES-RJ - inscrito no CNPJ sob o nº 32.316.366/0001-60, por seu Presidente, no uso de suas atribuições estatutárias, CONVOCA todos os trabalhadores da Categoria de Refeições para participarem da Assembleia Geral Extraordinária que se realizará no dia 19 de outubro de 2021, na Sede Escola do SindiRefeições-RJ, situada a Rua Carlos Chamberland, nº 256, Vila da Penha, Rio de Janeiro, CEP: 21.210-090, em primeira convocação às 10 horas, em segunda e última convocação às 10 horas e 30 minutos e em continuidade nas portarias das empresas, com qualquer número de participantes para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: Autorização para encerramento das atividades nas seguintes subdes: 1) NITERÓI, Avenida Visconde do Rio Branco, 305, sala 902, Centro, Niterói/RJ, CEP 24.020-002; 2) NOVA IGUAÇU, Avenida Governador Roberto Silveira, 470, sala 1302, Nova Iguaçu, Rio de Janeiro/RJ, CEP 26.210-210; 3) MACAÉ, Rua Rui Barbosa, 1.043, sala 502, Centro, Macaé/RJ, CEP 27.910-360; 4) VOLTA REDONDA, Rua 14, 350, sala 401, Vila Santa Cecília, Volta Redonda/RJ, CEP 24.726-014; 5) CENTRO MÉDICO: Avenida das Américas, 4200, bl. 02, sala 304, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22.640-102, Rio de Janeiro, 13 de outubro de 2021. Oziel Romualdo de Paula - Presidente.

Diário do Acionista
Tels.: (21) 3556-3030 96865-1628
As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade